



Citigroup Global Markets Brasil CCTVM S.A.

CNPJ nº 33.709.114/0001-64

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria da Citigroup Global Markets Brasil CCTVM S.A. (Corretora), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: A Corretora apresentou um lucro líquido de R\$ 36.457 (2022 - R\$ 98.416), o

que representa uma rentabilidade analisada sobre o Patrimônio Líquido Médio de 4,22% (2022 - 12,30%). Em 31 de dezembro de 2023, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 14,86% (2022 - 13,76%).

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No período findo em 31 de dezembro de 2023 a Corretora pagou juros sobre o

capital próprio no valor de R\$ 50.000 (2022 - R\$ 52.000). As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente no nível do controlador Citigroup Inc.

São Paulo, 22 de março de 2024.
A Diretoria

Balancos Patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Disponibilidades	4	60.685	391	Passivos Financeiros		948.271	844.266
Ativos financeiros		1.794.453	1.629.041	Outros passivos financeiros		948.271	844.266
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	5	803.175	222.637	Negociação e intermediação de valores	7	948.271	844.266
Aplicações em operações compromissadas		803.175	222.637	Passivos fiscais	14	19.680	16.470
Títulos e valores mobiliários	6	752.847	584.863	Corrente		19.680	16.470
Carteira própria		285.916	289	Outros passivos	15	63.953	81.611
Vinculados ao banco central		-	149.983	Sociais e estatutárias	13	63.472	80.223
Vinculados à prestação de garantias		466.931	434.591	Diversas		481	1.388
Outros ativos financeiros	7	238.431	821.541	Provisões	15	206.629	141.626
Negociação e intermediação de valores		238.431	821.541	Patrimônio líquido	17	838.667	852.514
Outros ativos	8	220.172	304.647	Capital social - de domiciliados no exterior		555.390	555.390
Rendas a receber		34.235	97.419	Reservas de lucros		291.847	305.390
Ativo fiscal corrente	8	14.614	9.256	Outros resultados abrangentes		(8.570)	(8.266)
Ativo fiscal diferido	8	102.786	86.474				
Diversos	9	68.165	111.443				
Despesas antecipadas		372	55				
Permanente	10	1.890	2.408	Total do Passivo		2.077.200	1.936.487
Investimentos	10	15	15				
Outros investimentos		15	15				
Imobilizado de uso	11	12	20				
Outras imobilizações de uso		1.106	1.247				
(Depreciações acumuladas)		(1.094)	(1.227)				
Intangível	12	1.863	2.373				
Ativos intangíveis		3.003	3.095				
(Amortização acumulada)		(1.140)	(722)				
Total do Ativo		2.077.200	1.936.487				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Capital	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		411.190	-	35.089	323.885	(9.886)	-	760.278
Aumento de capital	17.a	-	100.000	-	(100.000)	-	-	-
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	17.e	-	-	-	-	1.620	-	1.620
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	98.416	98.416
Destinações:								
Reservas	17.b e c	-	-	4.921	41.495	-	(46.416)	-
Juros sobre capital próprio	17.d	-	44.200	-	-	-	(52.000)	(7.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		411.190	144.200	40.010	265.380	(8.266)	-	852.514
Aumento de capital em autorização	17.a	144.200	(144.200)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados líquido de impostos	17.e	-	-	-	-	(304)	-	(304)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	36.457	36.457
Destinações:								
Reservas	17.b e c	-	-	1.823	34.634	-	(36.457)	-
Juros sobre capital próprio	17.d	-	-	-	(50.000)	-	(50.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		555.390	-	41.833	250.014	(8.570)	-	838.667
Saldos em 30 de junho de 2023		555.390	-	40.719	265.380	(8.568)	13.469	866.390
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados líquido de impostos	17.e	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	22.279	22.279
Destinações:								
Reservas	17.b e c	-	-	1.114	34.634	-	(35.748)	-
Juros sobre capital próprio	17.d	-	-	-	(50.000)	-	(50.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		555.390	-	41.833	250.014	(8.570)	-	838.667

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Corretora) sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Citigroup Financial Products Inc. é parte integrante do Conglomerado Citibank Brasil, e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiro e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas Demonstrações Financeiras devem ser entendidas nesse contexto. Sua matriz está localizada na Avenida Paulista, nº 1.111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Corretora tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares às companhias corretoras, operando em sistema mantido pela bolsa de valores e na compra e venda de títulos e valores mobiliários por conta de terceiros ou por conta própria. Também tem como objetivo a prestação de serviços de consultoria em geral, sendo vedada a prática de operações privativas das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil - Bacen, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Na elaboração dessas Demonstrações Financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Corretora evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A autorização para publicação das Demonstrações Financeiras foi dada pela Administração da Corretora em 22 de março de 2024.

3 Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.924 em 1º de janeiro de 2022, são observadas as disposições do Pronunciamento Técnico - CPC 47 - "Recalculo de Contrato com o Cliente. Desde a adoção não houve evento cujo tratamento contábil não esteja alinhado ao disposto na legislação tributária.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas notas explicativas e nas demonstrações dos fluxos de caixa, referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada e às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

A partir de janeiro de 2023 o tratamento contábil das aplicações interfinanceiras de liquidez foi revisado de forma a contemplar os critérios de classificação de instrumentos financeiros na carteira de negociação ou carteira bancária previstos na Resolução BCB nº 11.111.

As operações vigentes classificadas na carteira bancária são demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado; quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorrentes.

As operações classificadas na carteira de negociação, com base no artigo 5º da Resolução BCB nº 111, são marcadas a valor de mercado quando a instituição tiver compromissos de revenda de títulos negociados em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, cujos títulos recebidos como lastro tenham sido vendidos em definitivo.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento;
 - Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e
 - Títulos disponíveis para venda** - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.
- O valor de mercado dos títulos públicos e debêntures são apurados segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento e consideram na precificação o risco de crédito. Para títulos privados que não possuem preços indicativos ou observáveis no mercado, os preços são definidos de acordo com metodologia definida pelo Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.
- O gerenciamento destes e de outros fatores de risco são baseados em modelos internos de análise quantitativa, qualitativa e estatística, que podem exigir julgamento ou estimativa, que permitem a Corretora controlar estes fatores em títulos privados.
- As ações são valorizadas pela colação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsa de valores em contrapartida ao resultado do período.
- As aplicações em cotas de fundos de investimentos são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos. Nas aplicações em cotas de fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.
- Os Certificados de Depósito Bancário - CDB são atualizados considerando custo de aquisição e os rendimentos auferidos pelo indexador do contrato. O valor de curva e o seu valor de mercado se equiparam.
- A valorização das cotas de fundos de índice de mercado é baseada na média ponderada do preço dos ativos que formam a composição da carteira.

e) Outros ativos e passivos financeiros

i. Negociação e intermediação de valores
Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

f) Outros ativos
i. Rendas a receber
O Grupo Citi é um Conglomerado global com plataformas de negócios presentes em diversos países. Esta abrangência tem por objetivo atender às necessidades dos clientes em diferentes localidades.

As diversas entidades legais do Grupo Citi realizam acordos de prestação de serviços intragrupo de modo a viabilizar as referidas transações ao redor do mundo. Estes contratos intragrupo são remunerados e as receitas oriundas são reconhecidas por regime de competência.

Periodicamente, são efetuadas liquidações financeiras dos valores a pagar ou a receber entre as referidas entidades.

g) Permanente

i. Investimentos

Os investimentos são compostos, basicamente, por: Ações de empresa de liquidação e custódia vinculadas à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, mantidas a custo original; e Outros investimentos, avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

ii. Imobilizado

Até dezembro de 2016, foi imobilizado e registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende, o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual a Corretora espera utilizar o ativo.

iii. Intangível

O ativo intangível é composto por: Aquisição e desenvolvimento de softwares registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual a Corretora espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.

Além da amortização, os valores são submetidos a revisões periódicas de testes de impairment conforme descrito na nota 3n.

ii) Redução do valor recuperável de ativos (impairment)

O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), estabelecendo os seguintes critérios: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de impairment e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e Uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do Bacen.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

Passivos contingentes - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e/ou segundo critérios da Administração que podem levar em consideração natureza, complexidade ou histórico das ações.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescrito na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a Corretora espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a Justiça do Trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo: As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas, relevantes ou significantes, dependendo do valor do pedido.

As ações trabalhistas com pedidos entre R\$ 500 e R\$ 10.000 são consideradas relevantes e provisionadas por meio de um índice percentual aplicado sobre o valor do pedido. O referido índice é calculado de acordo com a média de perda histórica dos processos encerrados nos últimos 18 meses (calculados anualmente), levando em consideração o ganho de causas, bem como o volume e valores pagos em causas que tiveram acordos antes da sentença ou condenações e acordos pós sentença, adicionado do valor de risco existente das causas em aberto.

As ações cíveis com pedidos superiores a R\$ 300 são consideradas relevantes e as trabalhistas com valores superiores a R\$ 10.000 são consideradas significantes. Tais ações são provisionadas de acordo com uma avaliação individual de risco, cujo prognóstico de perda seja provável. Esta é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

Para a área de Corporate Bank, o valor limite das ações trabalhistas massificadas foi estendido de R\$ 500 para R\$ 800, considerando o efeito da inflação dos últimos 8 anos.

As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial. São constituídas pelo valor integral em discussão, a depender da avaliação dos consultores legais e/ou da Administração.

As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

As ações cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias estão registradas na rubrica contábil "Provisões".

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre). A partir de 1º de janeiro de 2019, de acordo com o artigo 3º, Inciso I, Lei nº 13.169/2015, a instituição financeira passou a calcular a CSLL à alíquota de 15%. Posteriormente, por meio da Medida Provisória 1.115/2022, convertida na Lei nº 14.446/2022 - foi majorada para 16% a alíquota da CSLL, para sociedades distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários. A alíquota majorada permaneceu em vigor de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, retornando para alíquota anterior em janeiro de 2023.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas

Demonstrações dos Resultados Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2023	2023	2023	2022
Recetas da intermediação financeira		93.343	170.908	87.483	87.483
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.c	93.343	170.908	87.478	87.478
Resultado de operações de câmbio		-	-	5	5
Despesas da intermediação financeira	(3)	(11)	(25.096)	(25.096)	(25.096)
Operações de empréstimos e repasses	19	(3)	(11)	(25.096)	(25.096)
Resultado da intermediação financeira	93.340	170.897	62.387	62.387	62.387
Outras receitas(despesas) operacionais	(71.929)	(109.535)	105.224	105.224	105.224
Recetas de prestação de serviços	18	123.265	236.862	387.868	387.868
Recetas de tarifas bancárias	18	69	236	268	268
Despesas de pessoal		(90.655)	(171.816)	(176.965)	(176.965)
Outras despesas administrativas	20	(39.491)	(66.500)	(42.309)	(42.309)
Despesas tributárias		(30.420)	(46.194)	(41.090)	(41.090)
Resultado de provisão para passivos contingentes	21.a	(4.261			



Citigroup Global Markets Brasil CCTVM S.A.

CNPJ nº 33.709.114/0001-64

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

esteja relacionado com as atividades alíquicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. O resultado recorrente por sua vez corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos períodos futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão apresentados na nota explicativa 25.c.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Disponibilidades em moeda nacional	60.674	380
(-) Disponibilidades bloqueadas (1)	(60.000)	-
Disponibilidades em moedas estrangeiras	11	11
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	803.175	222.637
Total	803.860	222.028

(1) Valor bloqueado em conta corrente por determinação judicial. Aguardando nova tutela para desbloqueio.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2023	
	Até 3 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas	803.175	803.175
Posição bancada	803.175	803.175
Letras do Tesouro Nacional - LTN	803.175	803.175
Total	803.175	803.175

	2022	
	Até 3 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas	222.637	222.637
Posição bancada	222.637	222.637
Letras do Tesouro Nacional - LTN	222.637	222.637
Total	222.637	222.637

6 Títulos e valores mobiliários

a) **Títulos para negociação**
Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento. O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

Títulos para Negociação	2023				
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Carteira própria	285.994	285.916	542	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	285.452	285.374	-	-	-285.374
Ações de companhias abertas	542	542	542	-	-
Vinculado à prestação de garantias	420.123	420.027	-	420.027	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	420.123	420.027	-	420.027	-
Total	706.117	705.943	542	420.027	285.374

Títulos para Negociação	2022				
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Carteira própria	294	289	289	-	-
Ações recebidas por empréstimos	294	289	289	-	-
Vinculado à prestação de garantias	394.620	393.307	-	45.084	348.223
Letras do Tesouro Nacional - LTN	394.620	393.307	-	45.084	348.223
Vinculados ao Banco Central	149.846	149.983	-	149.983	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	149.846	149.983	-	149.983	-
Total	544.760	543.579	289	195.067	348.223

b) **Títulos disponíveis para venda**
O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

Títulos Disponíveis para Venda	2023		
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Sem vencimento
Vinculados à prestação de garantias	46.904	46.904	-
Cotas de fundos de investimento (1)	46.904	46.904	-
Total	46.904	46.904	-

Títulos Disponíveis para Venda	2022		
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Sem vencimento
Vinculados à prestação de garantias	41.284	41.284	41.284
Cotas de fundos de investimento (1)	41.284	41.284	41.284
Total	41.284	41.284	41.284

(1) Referem-se ao investimento no fundo destinado exclusivamente para atendimento de obrigações assumidas em operações realizadas e/ou registradas na B3. A totalidade de suas cotas é destinada ao atendimento de margem de garantia por parte dos cotistas, perante a B3.

c) **Os valores líquidos dos ganhos e perdas com títulos e valores mobiliários registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:**

Contratos	2023		Exercícios 2022	
	2023	2023	2022	2022
Aplicações interfinanceiras de liquidez/compromissadas	53.443	91.872	21.453	-
Títulos de renda fixa	40.407	78.669	70.832	-
Títulos de renda variável	(350)	(733)	(3.649)	-
Outros (1)	(157)	1.100	(1.158)	-
Total	93.343	170.908	87.478	-

(1) Referem-se a prejuízo apurado com a marcação à mercado dos títulos de renda fixa mantidos para negociação.

No período findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve saldo de ajuste ao valor de mercado de instrumentos disponíveis para venda, no patrimônio líquido, referente aos ganhos/perdas não realizados, deduzidos dos efeitos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Corretora não possuía títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Já os títulos privados são custodiados junto a Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados - CETIP.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias mencionadas na nota 3.d.

7 Negociação e intermediação de valores

Os ativos e passivos financeiros aqui apresentados estão no circulante.

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Outros ativos passivos financeiros	18.381	-	190.492	-
Caixas de registros e liquidação	-	18.381	-	190.492
Comissões e corretagens a pagar	-	599	-	670
Devedores/credores por conta de liquidações pendentes (1)	238.431	929.291	821.541	652.815
Cretores por empréstimos de ações	-	-	-	289
Total	238.431	948.271	821.541	844.266

(1) Refere-se, basicamente, a valores de terceiros em trânsito.

8 Ativos fiscais

Ativos fiscais correntes

	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	13.351	1.263	9.256	-
Total	13.351	1.263	9.256	-

Ativos fiscais diferidos

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Administração da Corretora constitui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. A referida constituição respeitou a projeção da lucratividade da Corretora, bem como a expectativa de realização dos citados créditos.

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

Provisão para outros pagamentos	Saldo em 31 de dezembro de 2022		Constituição de 2022		Realização de 2022		Saldo em 31 de dezembro de 2023
	2022	2022	2022	2022	2022	2022	
Provisão para outros pagamentos	12.478	20.719	(12.352)	-	-	-	20.845
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	16.993	2.639	(1.069)	-	-	-	18.563
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	317	92	(365)	-	-	-	44
Provisão para bônus e gratificação periódica	24.258	24.869	(24.338)	-	-	-	24.789
Prejuízos fiscais a compensar	-	6.039	(6.039)	-	-	-	-
Total	54.046	54.358	(44.163)	-	-	-	64.241

Provisão para outros pagamentos	Saldo em 31 de dezembro de 2021		Constituição de 2021		Realização de 2021		Saldo em 31 de dezembro de 2022
	2021	2021	2021	2021	2021	2021	
Provisão para outros pagamentos	12.028	12.513	(12.063)	-	-	-	12.478
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	19.491	6.997	(9.495)	-	-	-	16.993
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	11.794	(11.477)	-	-	-	317
Provisão para bônus e gratificação periódica	22.705	26.333	(24.780)	-	-	-	24.258
Total	54.224	57.637	(57.815)	-	-	-	54.046

Provisão para outros pagamentos	Saldo em 31 de dezembro de 2022		Constituição de 2022		Realização de 2022		Saldo em 31 de dezembro de 2023
	2022	2022	2022	2022	2022	2022	
Provisão para outros pagamentos	7.487	12.431	(7.411)	-	-	-	12.507
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	10.195	1.584	(641)	-	-	-	11.138
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	190	55	(219)	-	-	-	26
Provisão para bônus e gratificação periódica	14.556	14.921	(14.603)	-	-	-	14.874
Base negativa de contribuição social	-	3.623	(3.623)	-	-	-	-
Total	32.428	32.614	(26.497)	-	-	-	38.545

Provisão para outros pagamentos	Saldo em 31 de dezembro de 2021		Constituição de 2021		Realização de 2021		Saldo em 31 de dezembro de 2022
	2021	2021	2021	2021	2021	2021	
Provisão para outros pagamentos	7.216	7.607	(7.336)	-	-	-	7.487
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	11.693	4.199	(5.697)	-	-	-	10.195
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	7.066	(6.896)	-	-	-	190
Provisão para bônus e gratificação periódica	13.624	15.813	(14.881)	-	-	-	14.556
Total	32.533	34.705	(34.810)	-	-	-	32.428

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda

	2023				
	2024	2025	2026	2027	2028
Provisão para outros pagamentos	12.507	8.338	-	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	460	14.337	120	57	41
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	44	-	-	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	24.789	-	-	-	-
Total	37.800	22.675	120	57	41

d) Realização de crédito tributário de contribuição social

	2023				
	2024	2025	2026	2027	2028
Provisão para outros pagamentos	7.504	5.003	-	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	276	8.602	72	34	24
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	26	-	-	-	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	14.874	-	-	-	-
Total	22.680	13.605	72	34	24

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 89.200 (2022 - R\$ 70.166) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Não haviam créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

9 Outros ativos - Diversos

Devedores por depósitos em garantia	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores por depósitos em garantia	199	66.589	192	108.306
Adiantamentos e antecipações (1)	1.129	-	979	-
Outros ativos diversos (2)	248	-	1.789	177
Total	1.576	66.589	2.960	108.483

(1) Referem-se principalmente a adiantamentos de ordenados e 13º salário R\$ 356 (2022 - R\$ 176) e cartão corporativo a funcionários R\$ 771 (2022 - R\$ 764).

(2) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas de assessoria técnica a clientes R\$ 248 (2022 - R\$ 1.477).

10 Investimentos

O saldo de outros investimentos é composto por títulos patrimoniais no valor de R\$ 15 (2022 - R\$ 15).

11 Imobilizado de uso

	2023		2022	
	Depreciação acumulada	Valor residual	Depreciação acumulada	Valor residual
Móveis e equipamentos de uso	215	(203)	12	270
Instalações	891	(891)	-	977
Total	1.106	(1.094)	12	1.247

12 Intangível

Desenvolvimento de software	2023		2022	
	Custo acumulado	Valor residual	Custo acumulado	Valor residual
Desenvolvimento de software	3.003	(1.140)	1.863	3.095
Total	3.003	(1.140)	1.863	3.095

13 Outros passivos - Sociais e estatutárias

Sociais e estatutárias referem-se, basicamente, a provisões para participação nos lucros no montante de R\$ 63.472 (2022 - R\$ 80.223), realizáveis no curto prazo.

14 Passivos fiscais

Passivos fiscais correntes	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro do período	-	-	-	7.713
Provisão para impostos e contribuições a recolher	19.680	-	19.680	8.757
Total passivos fiscais	19.680	-	19.680	16.470

15 Provisões

Provisão para contingências (nota 16)	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante</	



Citigroup Global Markets Brasil CTVM S.A.

CNPJ nº 33.709.114/0001-64

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

(1) Banco Citibank S.A.; Citibank N.A. (Filial Brasileira); Citi Pagamentos e Tecnologia Ltda.; Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
 (2) Citibank N.A.; Citigroup Global Markets Inc.; Citigroup Global Markets Limit; Citi Canada Technology Service; Citibank N.A. United Kingdom; Citigroup Global Markets Japan; Citibank N.A. Indonesia; Banco Nacional de Mexico S.A.; Citigroup Global Markets Asia; Citigroup Global Markets Holdi; Citibank N.A. Switzerland; Citibank (China) Co. Ltd.; Citigroup Global Markets Europ; Latin American Investment Bank; Citibank N.A. India;
 (3) Referem-se principalmente a despesa de serviços à ligadas decorrente da celebração dos contratos de atribuição de despesas por país.

b) Remuneração da Administração

	2º Semestre		Exercícios	
	2023	2022	2023	2022
Benefícios de curto prazo a administradores				
Proventos	1.728	3.579	1.812	
Gratificações	-	-	206	
Encargos sociais	409	1.460	600	
Total	2.137	5.039	2.618	
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho				
Benefício pós-emprego				
Planos de previdência complementar	261	364	89	
Total	261	364	89	
Remuneração com base em ações (1)	1.783	2.104	321	

(1) Refere-se à remuneração com pagamento baseado em ações da Matriz, sediada no exterior (Citigroup Inc.).

Benefícios sujeitos à tributação exclusiva (Líquido)

	2023	2022	
13º (décimo terceiro) Salário	186	186	-
Encargos	68	68	-
Total	254	254	-

24 Planos de benefícios pós-emprego a funcionários

Características básicas dos planos

i. Plano de aposentadoria

Benefícios do plano: Aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, invalidez, pensão por morte de ativo, pensão por morte de aposentado, benefício em caso de desligamento e portabilidade.

ii. Valor do benefício de aposentadoria normal

Elegibilidade: 60 anos de idade e 10 anos de serviço creditado.
 Benefício: (40% Salário - Benefício Previdenciário) x Tempo de Serviço na empresa/30.

iii. Plano de contribuição definida

É o plano de benefício pós-emprego, de aposentadoria suplementar, pelo qual os funcionários participantes contribuem com valor entre 1% a 6% do salário e a Corretora contribui com 150% calculado sobre a participação de cada funcionário.
 O objetivo do plano é estimular uma poupança individual que proporcione um benefício de renda complementar ao plano de aposentadoria. Não há contribuição para participantes inativos.
 Nos planos de contribuição definida o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. O patrocinador não tem obrigação legal de contribuições adicionais, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

A Corretora é patrocinadora da Citiprevi - Sociedade de Previdência Privada, que tem por objetivos principais a suplementação da aposentadoria e a prestação de serviços assistenciais aos empregados dos patrocinadores. Durante o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023 a Corretora contribuiu com R\$ 4.661 e R\$ 2.133 (2022 - R\$ 6.457 e R\$ 3.042) para a Citiprevi, registrado na rubrica de "despesa de pessoal".
 Plano de Aposentadoria Citibank: processo de alteração regulamentar para saldamento do Plano, aprovado pela PREVIC, conforme Portaria Previc nº 441, de 09/07/2021, publicada no Diário Oficial da União de 26/07/2021.
 Plano de Aposentadoria Suplementar Citibank: processo de alteração regulamentar para saldamento do Plano, aprovado pela PREVIC, conforme Portaria Previc nº 442, de 09/07/2021, publicada no Diário Oficial da União de 27/07/2021.
 Plano de Benefícios de Contribuição Definida Citibank: regulamento para implantação foi aprovado por meio da Portaria Previc nº 484, de 23/07/2021, publicada no Diário Oficial da União de 28/07/2021.

iv. Plano de benefício definido

É o plano de benefício pós-emprego onde não há participação do funcionário em seu custeio. O plano tem por objetivo proporcionar ao funcionário uma renda mensal de até 40% da média dos últimos salários, deduzindo-se o Benefício Previdenciário (estabelecido no regulamento do Plano). O valor do benefício do Plano de Aposentadoria será calculado na data de desligamento do funcionário.
 Neste plano o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, são necessárias mensuras atuariais para mensurar a obrigação e a despesa do plano, bem como existe a possibilidade de ganhos e perdas atuariais e que devem ser mensuradas ao seu valor presente.
 Durante o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023, a Corretora registrou despesa com remuneração do plano no valor de R\$ 90 e R\$ 36 (2022 - R\$ 132 e R\$ 71) para a Citiprevi, registrado na rubrica de "despesa de pessoal". De acordo com a última posição atuarial ocorrida em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o valor líquido dos ativos e passivos dos planos de benefícios estavam assim representados:

	2023	2022
Ativos líquidos dos planos	61.892	49.309
Passivos atuariais	(55.293)	(42.423)
Superávit	6.599	6.886

As hipóteses financeiras e atuariais utilizadas para as avaliações atuariais são apresentadas na tabela a seguir. As premissas adotadas na data da avaliação atuarial são utilizadas para determinação do valor presente das obrigações atuariais naquela data. As premissas atuariais foram projetadas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial

	2023	2022
Moeda funcional	R\$	R\$
Ativo posicionado em 31/12/2023 informado	Ativo posicionado em 31/12/2022 informado	
Critério para apuração dos ativos	pela Citiprevi	Citiprevi
Taxa de desconto da obrigação atuarial	Inflação + 5,44% a.a. = 9,15% a.a.	Inflação + 6,16% a.a. = 9,75% a.a.
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	Inflação + 5,44% a.a. = 9,15% a.a.	Inflação + 6,16% a.a. = 9,75% a.a.
Crescimento salarial médio e de benefício (1)	Inflação + 2,50% a.a.	Inflação + 2,50% a.a.
Previdenciário	Inflação = 3,50%	Inflação = 3,40%
Reajuste do benefício do plano	Inflação = 3,50%	Inflação = 3,40%
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,50% a.a.	3,40% a.a.
Capacidade de aumento do custo médio por faixa etária	98%	98%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	desagradada em 50,00% Até 20 SM: 0,20/(TS)*0,26 Acima de 20 SM: 0,22/(TS)*0,32	desagradada em 50,00% Até 20 SM: 0,20/(TS)*0,26 Acima de 20 SM: 0,22/(TS)*0,32
Rotatividade	SM: Salário Mínimo TS: Tempo de Serviço Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir: 55 anos (2) - 40,00% 56-57 anos - 20,00% 58 anos - 15,00% 59 anos - 5,00%	SM: Salário Mínimo TS: Tempo de Serviço Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir: 55 anos (2) - 40,00% 56-57 anos - 20,00% 58 anos - 15,00% 59 anos - 5,00%
Entrada em aposentadoria	60 anos - 100,00% 90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.	60 anos - 100,00% 90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

(1) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para recuperação das perdas inflacionárias.
 (2) 55 anos ou a primeira idade de aposentadoria antecipada, o que ocorrer primeiro.

v. Taxa para desconto da obrigação atuarial

A taxa de desconto é utilizada para a determinação, na data-base da avaliação atuarial, do valor presente resultante do fluxo de caixa esperado para a cobertura dos benefícios pós-emprego.

25 Outras informações

a) Os ativos não-financeiros foram revisados e nenhuma perda por *impairment* foi reconhecida no período.
 b) A Corretora opera dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 17 de agosto de 1994, inclusive quanto a alterações posteriores, tendo como relação entre patrimônio líquido ajustado consolidado e ativos ponderados 14,86% (2022 - 13,76%). Esse índice, conforme falta a referida legislação, é apurado de forma consolidada para o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil.

c) Resultados recorrentes e não recorrentes

Apresentação do resultado recorrente e não recorrente da Corretora, líquidos dos efeitos fiscais, de acordo com as definições internas e seguindo os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	Exercícios	
	2023	2022
Lucro líquido contábil	36.457	98.416
Eventos Não recorrentes		
Despesa com utilização de softwares desenvolvido pelo Citi globalmente	20.267	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre eventos não recorrentes	(8.107)	-
Lucro líquido recorrente	48.617	98.416

d) A Corretora não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

e) Plano para implementação da Resolução CMN nº 4.966

O Conselho Monetário Nacional emitiu em 25 de novembro de 2021 a Resolução nº 4.966, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2025, que dispõe sobre os novos conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para:

- classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;
- constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos seguintes instrumentos financeiros:
 - ativos financeiros;
 - garantias financeiras prestadas; e
 - compromissos de crédito e créditos a liberar que atendam a pelo menos uma das seguintes características:

- o compromisso não é cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição;
- a instituição não tem capacidade de cancelar, bloquear ou suspender o contrato ou o desembolso dos recursos ou não executa o cancelamento, bloqueio ou suspensão na gestão cotidiana normal do instrumento financeiro; ou
- a instituição não tem capacidade de monitorar individualmente o instrumento financeiro ou a situação financeira da contraparte, de modo que permita o imediato cancelamento, bloqueio ou suspensão do compromisso ou do desembolso dos recursos, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte;
- designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de *hedge*); e
- avaliação de informações sobre instrumentos financeiros.

Plano de implementação

O plano de implementação, colocado à disposição para consulta pelo Regulador local, foi aprovado pela Diretoria da Instituição em 2022, sendo a ele incorporadas regularmente as atualizações normativas.

A estrutura do plano prevê as etapas de:

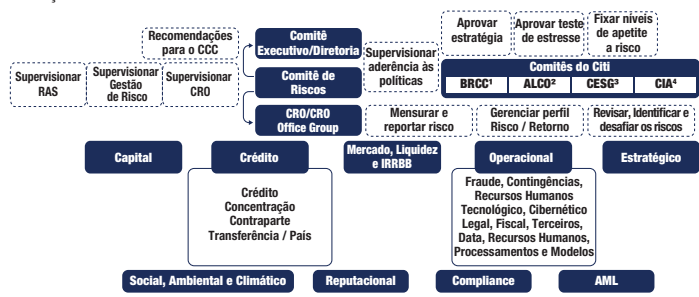
- Planejamento, análise de impacto e revisão da arquitetura - 2022
- Especificação dos requerimentos e desenvolvimento pelos times de tecnologia - 2023
- Conclusão do desenvolvimento, Testes e Paralelo - 2024
- Implantação e acompanhamento Pós Implantação - 2025

As atividades estão distribuídas em três frentes de trabalho com suporte direto dos times de tecnologia e infraestrutura:

- Escrituração contábil e fiscal: atuação na definição dos roteiros e políticas contábeis.
 - Modelo de perdas esperadas: atuação definição do novo modelo de perdas esperadas.
 - Relatórios Regulatórios: atuação na adaptação dos documentos enviados para os Reguladores locais a fim de se adequarem ao contexto da nova base normativa.
- Todas as frentes de trabalho contemplam atividade de definição de governança, controles e do modelo de arquitetura a ser adotado; este último com suporte dos times de tecnologia e infraestrutura.
- A estratégia relacionada a recursos escolhida segue modelo híbrido, tendo time multidisciplinar composto por colaboradores da Instituição e consultores externos.
- Os produtos com impacto de maior complexidade são Operações de Crédito, Câmbio e Títulos e Valores Mobiliários, sendo previsto no orçamento da instituição exclusivos ao projeto.
- A adaptação para a nova base normativa é avaliada como sendo de alta complexidade com impactos de larga escala.

26 Gerenciamento integrado de Riscos

A evolução das técnicas de Gestão Integrada de Riscos (GIR) é uma tendência mundial, que está alinhada com os conceitos de Basileia. No Brasil, o tema ganhou importância por meio da publicação da Resolução 4.557 do Bacen, publicada em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida, as regras para Gestão de Riscos e Gestão de Capital para o Conglomerado Prudencial Banco Citibank Brasil (Citi Brasil).
 Seguindo a regulamentação, o Citi Brasil estruturou a governança de riscos conforme a figura e descrição abaixo:



BRCC - Business Risk and Controls Committee // ALCO - Assets Liabilities Committee // Comitê Environmental Social and Governance/ESG - Comitê de Auditoria Interna

• **Executive Country Coordination Committee (CCC):** é o principal Comitê Interno do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, composto pelos chefes das principais áreas de negócios e infraestrutura, conforme descrito no *Citi Brazil Corporate Governance Procedures*. Ele coordena a interação entre linhas de negócios, produtos e áreas de infraestrutura, bem como discute questões relevantes e de risco.

• **Country Risk Management Committee (CRMC):** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil adota e mantém, ainda, o CRMC como instância de apoio e governança para a gestão dos riscos corporativos relevantes, abrangendo risco de crédito, mercado, *Interest Rate Risk on Banking Book* - IRRBB, capital, liquidez, operacional, socioambiental e climático, estratégico, reputacional, além de riscos adicionais considerados relevantes pela instituição.

• **Chief Risk Officer (CRO)/Risk Group:** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil prevê a atuação do CRO, sendo este responsável pela supervisão da conformidade, verificação, monitoramento e prevenção dos riscos controlados pela segunda linha de defesa; bem como a atuação do Risk Group, o qual tem como objetivo auxiliar o CRO no processo de avaliação e decisão de ações de mitigação de riscos e, principalmente, promover maior transparência às partes interessadas ao informar os riscos aos quais as áreas estão expostas, as políticas, normas e medidas adotadas para sua mitigação, bem como sua eficácia e eficiência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo banco, o Citi Brasil conta, por fim, com o Grupo de Risco.

• **Comitê ESG:** O Comitê ESG é grupo multidisciplinar composto pelas linhas de defesa da Organização, que monitora, avalia e propõe avanços nas matérias de Natureza Sociais, Natureza Ambiental e Natureza Climática da Organização, desenvolvendo as funções atribuídas pela regulamentação ao comitê de responsabilidade social, ambiental e climática. O Comitê ESG tem como objetivo auxiliar a CRO, a Diretoria e o CCC no processo de avaliação e decisão de ações de mitigação de riscos e, principalmente, promover maior transparência às Partes Interessadas ao informar os riscos aos quais as áreas estão expostas, as políticas, normas e medidas adotadas para sua mitigação, bem como sua eficácia e eficiência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Organização.

• **Business Risk and Controls Committee (BRCC):** O comitê BRCC Brasil é responsável por governar e fiscalizar a materialidade dos riscos de compliance e operacional para o âmbito da instituição sendo adequadamente identificados, monitorados, comunicados, gerenciados, escalonados e apropriadas ações sejam tomadas de acordo com a estratégia e objetivos de toda a instituição. Além disso, limites de apetite ao risco e expectativa regulatória são discutidos, ao mesmo tempo em que promove a cultura de risco e padronização para conduta adequada.

• **Assets & Liabilities Committee (ALCO):** O Comitê ALCO monitora de ativo e passivos, além de metas estratégicas; planos de liquidez e captação; riscos de mercado e variações cambiais de carteiras non trading; adequação de capital e aprovação do pagamento de dividendos; adequação da taxa de transfer pricing; e monitoramento dos limites, metas e índices de gestão de riscos. O ALCO funciona como um fórum para gestão dos seniores garantindo a aderência às políticas e procedimentos corporativos relacionados à prudente gestão de balanços, requisitos regulatórios e compromissos de agências de classificação de risco.

Para maiores informações sobre a estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos, consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Relatórios - Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3.

26.1. Gerenciamento de risco de capital
 A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, estabeleceu a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Prudencial Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital. O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requisitos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

26.2. Gerenciamento de risco operacional

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, estabeleceu a Política de Gestão de Risco Operacional e de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

Primeira Linha de Defesa - Negócio: As áreas de negócio são responsáveis por gerenciar os riscos associados a suas atividades, incluindo o risco operacional.

Segunda Linha de Defesa: Seu objetivo é supervisionar as atividades de risco das unidades da primeira linha de defesa e desafiar a efetividade dos controles assim como por assegurar de forma consistente a gestão do Risco Operacional nos diversos negócios e funções da franquia.

Terceira Linha de Defesa: A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a conformidade e a efetividade dos controles das áreas de negócio e reporta os resultados de suas avaliações de forma contínua à gerência.

Funções de Controle e Suporte: Finanças, Recursos Humanos e Jurídico entre outras são áreas responsáveis por projetar, implementar e manter um ambiente de controle robusto aumentando a eficácia dos controles. Essas funções podem operar dentro e/ou entre empresas gerenciadas e podem ser responsáveis por aconselhar, contribuir para executar e/ou supervisionar os controles chave para suportar a gestão eficiente e efetiva do Risco Operacional.

26.3. Gerenciamento de risco de mercado e do IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book)

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, (...), esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de mercado, alinhado aos requisitos regulatórios do *Fundamental Review of the Trading Book (FRTB)* e *Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB)*, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup. A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) segregação das carteiras entre "Negociação" e "Bancária"; v) apreamento e marcação a mercado; vi) novas transações, atividades e operações complexas; e vii) do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de Sensibilidade/Demonstrador Financeiro

A análise de sensibilidade sendo considerados os principais fatores de risco da Corretora, segregados em carteira de *Negociação* (que engloba produtos como derivativos e títulos públicos) e carteira *Bancária* (com produtos como operações compromissadas com finalidade de gerenciamento de liquidez, depósitos e títulos públicos).

Carteira de Negociação

Fatores de Risco	Descrição	2023		
		I	II	III
Moeda estrangeira	Posição em moeda estrangeira	(15)	(148)	148
Total		(15)	(148)	148

Fatores de Risco	Descrição	2022		
		I	II	III
Taxas de juros nominais em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pr - fixada	(38)	(6.915)	6.915
Moeda estrangeira	Posição em moeda estrangeira	(75)	(903)	903
Total		(113)	(7.818)	7.818

Carteira Bancária

Fatores de Risco	Descrição	2023		
		I	II	III
Taxas de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pr - fixada	(14)	(4.494)	4.494
Taxa de juros de outras moedas	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	-	2	(2)
Total		(14)	(4.492)	4.492

Fatores de Risco	Descrição	2022		
		I	II	III
Taxas de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pr - fixada	(16)	(4.768)	4.768
Total		(16)	(4.768)	4.768

Descrição dos cenários de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020:

Cenário I: Impacto no resultado causado pela variação de 1 ponto-base nas taxas de juros (Taxas de Juros nominais em reais, Cupom IPCA, Cupom dólar, Taxa de juros de outras moedas) e 1% em moedas estrangeiras, índices e ações.
Cenários II e III: Utilização de choques positivos e negativos baseados em um cenário interno de estresse, que é utilizado para estimar possíveis perdas que poderiam zerar um ano de lucros da tesouraria e, portanto, utilizados para avaliar os limites de risco da tesouraria de acordo com o *Risk Appetite Policy*, e descrito no Caderno de Risco de Mercado e Liquidez. O choque proposto é o percentil 99,97% da distribuição de retornos para tais períodos de retenção. Nesse caso, considerou-se também o percentil 0,03%, uma vez que as posições podem estar compradas ou vendidas em períodos diferentes. Assim, adotou-se, como critério, a média das causas.
 O período de retenção é de 5 dias para Carteira de *Negociação* e 20 dias para a Carteira *Bancária*.

Choques Cenário II:

Carteira de Negociação		Carteira de Banking	
Fatores de Risco	Unidade Choque	Fatores de Risco	Unidade Choque
Taxa de juros nominais	bps	210 Taxa de juros nominais	bps
Cupom IPCA	bps	150 Cupom Dólar	bps
Cupom Dólar	bps	120 Taxa de juros de outras moedas	bps
Taxa de juros de outras moedas	bps	68	
Moeda Estrangeira	%	10	

Choques Cenário III:

Carteira de Negociação		Carteira de Banking	
Fatores de Risco	Unidade Choque	Fatores de Risco	Unidade Choque
Taxa de juros nominais	bps	(210) Taxa de juros nominais	bps
Cupom IPCA	bps	(150) Cupom Dólar	bps
Cupom Dólar	bps	(120) Taxa de juros de outras moedas	bps
Taxa de juros de outras moedas	bps	(68)	
Moeda Estrangeira	%	(10)	

26.4. Gerenciamento de risco de crédito